



(Sub)desenvolvimento e Dependência: uma abordagem teórico-histórica

(Under)development and Dependence: a theoretical-historical approach

Flavia Felix Barbosa¹

Resumo

Na atual quadra histórica, intensas são as perturbações de ordem econômica, política e social no Brasil e em outros países na América Latina. Diante disso, esse artigo se propõe a resgatar as contribuições originais de dois grandes pensadores brasileiros, Celso Furtado e Rui Mauro Marini, para a compreensão do problema do subdesenvolvimento e do problema da dependência nos países latino-americanos. Far-se-á esse resgate em contraposição às teorias clássicas do desenvolvimento e dentro de uma perspectiva mais geral acerca do desenvolvimento capitalista, como um todo orgânico, dinâmico, hierárquico e contraditório. O estudo demonstra as diferenças teóricas, metodológicas e políticas dos autores, bem como a similaridade do diagnóstico no que se refere ao capitalismo dependente.

Palavras-chave: Capitalismo; Desenvolvimento; Dependência

Abstract

In the current historical period, there are intense economic, political and social disturbances in Brazil and in other Latin American countries. Therefore, this article proposes to recover the original contributions of two great Brazilian thinkers, Celso Furtado and Rui Mauro Marini, in order to understand the problem of underdevelopment and the problem of dependence in Latin American countries. This will be done in opposition to the classical theories of development and within a more general perspective on capitalist development as an organic, dynamic, hierarchical and contradictory whole. The study demonstrates the theoretical, methodological and political differences of the authors, as well as the similarity of the diagnosis with regard to dependent capitalism.

Keywords: Capitalism; Development; Dependency

1 Introdução

O desenvolvimento econômico constitui um tema importante e bastante controverso no campo da economia. Esse problema ocupa a atenção dos economistas desde os primórdios da ciência econômica. Os economistas clássicos buscaram compreender o funcionamento do sistema econômico, na formação social capitalista, por intermédio da produção e circulação de mercadorias, dinheiro e capital, numa perspectiva histórica, evolucionária e abrangente. Nesta ótica, fatores políticos, sociológicos, filosóficos e institucionais estavam presentes na análise do desenvolvimento capitalista.

As modernas teorias do desenvolvimento econômico, elaboradas em grande medida no período pós II-Guerra, se concentram na trajetória do crescimento estável e equilibrado no longo prazo, no âmbito da macroeconomia. Essas teorias desenvolvidas nos anos da “chamada Revolução Keynesiana” (anos 1950 e 1960) buscaram construir modelos, a partir de diferentes enfoques e em meio a diversas controvérsias, para tratar a questão do crescimento econômico, sobretudo, de como atingir o equilíbrio de crescimento.

Diante dos modelos macroeconômicos de crescimento, excessivamente abstratos e a-históricos, surgiu um esforço de teorização, por parte de diferentes matizes teóricas, para apreensão do desenvolvimento econômico numa perspectiva histórica. Assim, a nova abordagem do desenvolvimento não ficou circunscrita a questão do crescimento. E, inclusive, passou a refletir os problemas de crescimento dos países subdesenvolvidos.

No horizonte neoclássico, o subdesenvolvimento seria explicado pelo atraso e por alguns gargalos estruturais. Em face do desenvolvimento desigual entre os países do centro e da periferia do sistema e da falta de tratamento adequado ao problema do subdesenvolvimento, as proposições teóricas que surgiram no bojo da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) explicaram o subdesenvolvimento em função da dependência externa. Contudo, a dependência nas relações externas não é suficiente para explicar a realidade subdesenvolvida dos países periféricos como demonstrou a teoria marxista da dependência.

Em “Teoria da Dependência: balanço e perspectivas” (2000), Theotônio dos Santos mostra como as teorias do desenvolvimento neoclássicas, entre elas as formulações de Lewis, Nurse e Rostow, nos anos dourados do capitalismo sob a hegemonia dos Estados Unidos, estavam imbuídas da ideia de modernidade com o avanço da tecnologia e da democracia burguesa. A grande maioria das teorizações viam o subdesenvolvimento como falta de desenvolvimento capitalista. Então, o atraso dos países periféricos se devia aos obstáculos à modernização e à integração ao capitalismo global. Essas teorias perderam importância dos anos de 1960 com o surgimento da Teoria da Dependência na América Latina.

A Teoria da Dependência, de modo geral, emerge em meio aos desafios de entender e explicar o desenvolvimento socioeconômico dos países latino-americanos por meio da integração à economia mundial, responsável por constituir as relações de dependência e os problemas estruturais internos. O subdesenvolvimento nessa perspectiva não aparece como ausência de capitalismo, mas, como um produto histórico do desenvolvimento capitalista desigual.

A corrente estruturalista da Teoria da Dependência, ligada aos estudos da CEPAL, coloca a ênfase na relação centro-periferia para explicar a dependência das economias latino-americanas. A corrente marxista da Teoria da Dependência, embasada na Teoria da Acumulação de Marx e na Teoria do Imperialismo de Lênin, busca entender a especificidade do capitalismo dependente, tanto do ponto de vista das relações externas de subordinação quanto da dinâmica interna de acumulação e reprodução do capital. A estrutura interna reproduz a dependência estrutural de forma ampliada, produz contradições e tendências próprias do capitalismo dependente (SANTOS, 2000; SANTOS, 2011; BAMBIRRA, 1972)¹.

Este ensaio busca revistar algumas teorias que versam sobre o desenvolvimento capitalista para a apreensão da relação entre subdesenvolvimento e dependência. O presente estudo prioriza a Teoria da Dependência na visão de Celso Furtado e Rui Mauro Marini. A discussão acerca da dependência traz os distintos enfoques, as críticas e avanços propostos, as questões não resolvidas e as questões abertas na atual etapa histórica do capitalismo.

2 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: a perspectiva neoclássica seminal

A acumulação de capital é o eixo central nas teorias do desenvolvimento. O efeito que a acumulação de capital exerce sobre a demanda de trabalho, sobre a distribuição de renda e sobre a taxa de crescimento é recorrente na análise do desenvolvimento. A. Lewis (1969) verificou o impacto da acumulação de capital sobre a demanda por trabalho no caso de uma economia fechada, sem conflito distributivo e com oferta ilimitada de mão de obra. O modelo clássico modificado de Lewis procurou “descobrir o que se pode aproveitar do marco clássico para resolver os problemas da distribuição, acumulação e crescimento, em primeiro lugar numa economia fechada e, depois, numa economia aberta” (LEWIS, 1969, p. 407).

Em se tratando de uma economia fechada, a preocupação de Lewis esteve em captar a determinação do crescimento e da distribuição. Lewis assumiu como hipótese a existência de oferta de mão de obra praticamente ilimitada, com salário constante ao nível de subsistência, por conta do trabalho não qualificado e do crescimento populacional. Outra hipótese do modelo consistia na acumulação de capital em função da distribuição rendimentos, capaz de gerar emprego crescente de mão de obra até a eliminação do excesso de trabalho, sem gerar pressão sobre o nível salarial.

¹Para uma melhor apreensão das diferentes teorias do desenvolvimento e das diferentes correntes da teoria da dependência ver Theotônio dos Santos (2000).

A acumulação de capital, a disponibilidade dos recursos naturais e a distribuição dos rendimentos, conforme a produtividade marginal dos fatores, eram os grandes determinantes do crescimento. Desse modo, a participação do salário na renda se mantinha constante enquanto crescia a participação do lucro. Isto favorecia a acumulação. O aumento do lucro se traduziria em aumento da poupança e, por conseguinte, em aumento do investimento e emprego ao nível de salário constante.

A questão do excedente ocupou espaço importante na análise do desenvolvimento feita por Lewis. A utilização do excedente ditava o perfil e a velocidade da acumulação. O volume da acumulação estava determinado tanto pelo excedente quanto pela oferta de mão de obra no quadro de uma estrutura econômica dual. A esse respeito, ele discorre:

“(…) a chave do processo é a utilização que se faz do excedente capitalista. Na medida em que este é reinvestido a fim de criar novo capital, o setor capitalista amplia-se, transferindo-se maior número de indivíduos do setor de subsistência para o setor capitalista. O excedente tornava-se, então, ainda maior; a formação de capital aumenta ainda mais e, assim, o processo continua até que desaparece o excedente de mão-de-obra”. (LEWIS, 1969, p.419)

Com a oferta de trabalho ilimitada e a distribuição funcional da renda, novos capitais eram invertidos em volume e ritmo suficiente para eliminar o excesso de trabalho. Assim, o modelo clássico modificado de Lewis aponta para o crescimento sustentado. A velocidade da acumulação depende da relação estabelecida os dois setores econômicos (o setor capitalista e setor de subsistência) e depende da relação entre capital, progresso técnico e produtividade.

Para Lewis (1969), a acumulação de capital em equilíbrio permite igualar oferta e demanda por mão de obra. Nesse ponto, o nível salarial seria mantido constante e compatível com a produtividade marginal do trabalho. O crescimento equilibrado se entrelaça com uma taxa de crescimento constante, com uma relação capital-trabalho constante, com a poupança no patamar do investimento e com o progresso técnico eliminando o excedente de trabalho. Não obstante, as economias subdesenvolvidas não experimentavam o equilíbrio de crescimento.

Nurkse (1969) observou alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico e notou que os países subdesenvolvidos enfrentavam o problema da formação de capital, tanto com relação ao investimento nacional quanto no tocante ao investimento internacional. Na concepção deste autor, o investimento estava limitado pela dimensão do mercado. A demanda pouco dinâmica refletia e gerava baixo nível de renda, de produtividade, de investimento e de atividade produtiva.

Portanto, as economias atrasadas não experimentavam o crescimento equilibrado. As restrições no lado da demanda criavam restrições no lado da oferta. O baixo dinamismo do mercado interno afetava a formação do capital nacional e, também, o ingresso do capital estrangeiro, uma vez que “o investimento privado norteia-se, em geral, pelo impulso da demanda de mercado, e o investimento internacional não é exceção à regra” (NURKSE, 1969, p.280).

Os investimentos externos diretos nas economias subdesenvolvidas eram direcionados para a produção primária no intuito de atender a demanda dos centros industriais avançados. Dessa forma, não contribuiu significativamente para dinamizar o desenvolvimento industrial e o mercado interno nessas economias. Além disso, o capital estrangeiro não estava comprometido em romper as amarras da baixa produtividade, do baixo poder aquisitivo e do baixo investimento. Então, a contrapartida desse processo foi a dependência dos países subdesenvolvidos dos mercados externos dos países desenvolvidos.

Nurkse também chamou atenção para o problema da poupança nas economias subdesenvolvidas. A poupança, além de escassa, tendia a ser utilizada de modo improdutivo. A poupança normalmente era entesourada, exportada ou transformada em propriedades territoriais. Por conseguinte, havia baixa disponibilidade de capital para efetivação do investimento e formava-se um círculo vicioso. O problema da poupança estava relacionado a elevada propensão ao consumo em virtude do “efeito demonstração”. Desta maneira:

“As nações mais pobres, em contato com as mais ricas, se sentem continuamente impelidas a manter suas rendas e seus gastos monetários acima do que sua capacidade de produção lhes permite. O resultado é uma tendência inflacionária interna e uma persistente tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos.” (NURKSE, 1969, p. 286-7)

O reduzido nível interno de investimento e poupança nos países subdesenvolvidos criava o “estrangulamento” do setor externo e uma série de problemas estruturais. A restrição da capacidade de importar e o alto montante de renda transferida para o exterior são exemplos característicos. Isto ajudava a explicar o problema da formação de capital e justificava ações no sentido de controlar a propensão nacional ao consumo para aumentar a poupança e o investimento.

Sem embargo, Nurkse enxergou a capacidade do planejamento e do investimento governamental em contribuir para a formação de capital e para a diversificação da produção. Ademais, o crescimento dos países subdesenvolvidos deveria ser orientado para o mercado interno. As exportações não constituíam um caminho promissor para o desenvolvimento pelo fato da demanda interna persistir retraída.

Rostow (1974), por sua vez, sistematizou um conjunto de etapas do desenvolvimento econômico numa perspectiva histórica. Esse conjunto não excluía da explicação as realidades particulares de cada nação dentro da totalidade histórica do mundo moderno. Na visão deste autor, a mudança econômica, em grande parte das vezes, poderia ser explicada por forças políticas e sociais.

O desenvolvimento econômico foi então apreendido em cinco etapas, cujas raízes estavam na “teoria dinâmica da produção” centrada no investimento (na composição do investimento e nas transformações setoriais da economia). As cinco etapas seriam: a sociedade tradicional; as condições para o arranco; o arranco; a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. Era possível enquadrar todas as sociedades em alguma dessas etapas e precisar o conteúdo específico das etapas de desenvolvimento para cada sociedade segundo Rostow. Em suma:

“Eis, assim, sob uma forma mais impressionista do que analítica, as etapas de desenvolvimento que se podem distinguir logo que a sociedade tradicional comece a modernizar-se: o período de transição em que as condições para o arranco são criadas, geralmente como reação à intromissão de uma potência estrangeira, concomitantemente com certas forças nacionais que favorecem a modernização; o arranco propriamente dito; a marcha para a maturidade, que via de regra abarca a vida de mais duas gerações; e a seguir, finalmente, se o aumento da renda acompanhou a disseminação do virtuosismo técnico (o que, segundo veremos, não precisa conseguir imediatamente), o desvio da economia totalmente amadurecida para proporcionar produtos duráveis de consumo e serviços (assim como o Estado do Bem-Estar) para sua população cada vez mais urbana - e posteriormente suburbana.” (ROSTOW, 1974, p.25-6)

Portanto, o desenvolvimento econômico encontra-se permeado de fatores históricos, políticos e culturais para Rostow. Além disso, a “maturidade tecnológica” e a forma como os recursos são empregados afetam a modernização e a estrutura da sociedade. Questões como estas, levantadas no âmbito da perspectiva neoclássica do desenvolvimento, estiveram também presentes no campo da Teoria da Dependência, tanto na vertente estruturalista quanto na vertente marxista.

3 Dependência e Subdesenvolvimento em Celso Furtado

O pensamento que surge no seio da CEPAL se destaca no campo da crítica ao pensamento dominante no que tange a temática do desenvolvimento. Ademais, conforma uma perspectiva modernizadora-industrializante. Ao discutir a teoria do desenvolvimento, Celso Furtado denota que o tratamento neoclássico ficou bastante restrito ao âmbito macroeconômico, com formulações muito abstratas, generalizadoras e esvaziadas de conteúdo histórico. A ênfase nos modelos de crescimento ignorou o plano histórico-concreto e suas particularidades. Por outro lado, as diferentes escolas e os pensadores mais importantes da ciência econômica não realizaram uma abordagem suficiente do problema do desenvolvimento e do subdesenvolvimento (FURTADO, 1961).

Nesse sentido, Celso Furtado procurou distinguir uma realidade da outra numa perspectiva essencialmente histórica. O desenvolvimento econômico consiste no processo de acumulação de capital autônomo e equilibrado devido a “introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho” (FURTADO, 1961, p.91). Por conseguinte, a estrutura da produção e da distribuição da renda, bem como a estrutura do consumo e do investimento se modificam no curso do processo de formação do capital, no qual o progresso tecnológico faz-se central e contínuo².

Por sua vez, o subdesenvolvimento fundamenta-se na acumulação de capital dependente, pouco dinâmica e desequilibrada. Uma realidade na qual está presente o problema na formação de capital em função do modo como se processa a assimilação do progresso técnico e a utilização do excedente. Problemas como baixa produtividade do trabalho, estrutura social dual, insuficiência de demanda, distribuição altamente desigual da renda e elevada taxa de desemprego resultam da estrutura particular de acumulação de capital lastreada na dependência e heterogeneidade tecnológica e nos privilégios de uma minoria que firmam os pilares das relações externas de dependência e da estrutura interna de dominação social (FURTADO, 1976b). Em suma:

“O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente, um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação tecnológica desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação das técnicas preexistentes na época.” (FURTADO, 1961, p.90)

Nas economias centrais o progresso técnico gerou elevação da produtividade e crescente homogeneização social. Nas economias periféricas não houve homogeneização social no decorrer do processo de acumulação e difusão do progresso técnico. O “desequilíbrio na assimilação de novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial”, em virtude do processo de modernização, formou um bloqueio a redução da heterogeneidade social a medida em que ocorreram os aumentos de produtividade. Assim, o dualismo social reproduz-se devido a reprodução da heterogeneidade tecnológica (FURTADO, 1992).

Essencialmente, o subdesenvolvimento dos países periféricos resulta do desenvolvimento industrial dos países centrais. Trata-se de um processo histórico, uma formação capitalista singular e não constitui uma etapa no interior do processo de desenvolvimento. Antes constitui um impasse histórico da expansão capitalista do centro dinâmico do sistema sobre estruturas pré-capitalistas, motivada por interesses econômicos e por fatores políticos e sociológicos. “O advento de um núcleo industrial

²Para Celso Furtado, a luta de classes constitui um importante mecanismo impulsionador das inovações tecnológicas e da mudança social. Entretanto, nas economias subdesenvolvidas existe ausência de autênticas lutas de classe. Assim, os interesses conflitantes das classes antagonicas não desempenham papel relevante na mudança tecnológica e social. A esse respeito ver FURTADO (1964).

na Europa do século XVIII provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da Terra” (FURTADO, 1961, p.160).

Portanto, o subdesenvolvimento está relacionado a forma como o capitalismo industrial europeu se expandiu sobre estruturas pré-capitalistas, criando uma divisão internacional do trabalho condicionadora da dependência. O subdesenvolvimento é engendrado pela dependência, isto é, pela inserção subordinada na divisão internacional do trabalho que implica uma deterioração dos termos de troca (FURTADO, 1974). Ademais, origina uma forma particular de acumulação, de progresso técnico, de produção e apropriação interna e externa do excedente capaz de manter e reproduzir a estrutura subdesenvolvida no tempo.

A conexão entre subdesenvolvimento e dependência engendra uma formação socioeconômica dual, isto é, a persistência do setor “atrasado” ao lado do setor “moderno” o que reflete a difusão irregular do progresso técnico³. Esse tipo de estrutura econômica e social não apresenta importantes modificações na estrutura social ao longo do avanço das forças produtivas especificamente capitalistas. Assim, permaneciam com excesso de mão de obra, nível salarial próximo a subsistência, baixa diversificação do padrão de consumo das massas, padrão de consumo da classe dirigente similar aos dos países centrais entre outros elementos próprios do subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento seria um impasse histórico. Entendido quando se olha para o passado colonial e descobrindo nesse passado a lógica perversa da reprodução social, construtora de uma dualidade tecnológica e social. A dualidade estrutural da economia alicerça-se na heterogeneidade tecnológica no bojo da moderna industrialização. A dualidade da estrutura social resulta da forma como se produz, apropria e utiliza historicamente o excedente.

Em outras palavras, o modelo de utilização do excedente condicionou, sobremaneira, a reprodução social e determinou o “modelo de industrialização”. Segundo Furtado (1992), a modernização impôs o padrão de industrialização via processo de substituição de importação e motivou a reprodução da estrutura social baseada na elevada concentração de renda e na heterogeneidade social.

O “processo de substituição de importação” apresentou duas etapas conforme Furtado. Na primeira etapa a transformação da estrutura produtiva esteve relacionada a necessidade de abastecer o mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral, num processo bastante reativo. O mercado doméstico nasceu em função da renda gerada pela atividade primária-exportadora e se desenvolveu em face das condições externas adversas que resultou na crise do setor exportador. Nesse contexto houve desorganização da divisão internacional do trabalho e “fechamento” das economias nacionais (FURTADO, 1961).

A segunda etapa foi significativamente marcada pela presença das empresas transnacionais que lideraram a reformulação da divisão internacional do trabalho no quadro da globalização. A diversificação da estrutura produtiva interna ocorreu, sob o signo dos monopólios e oligopólios, ocasionou a diversificação da exportação de manufaturas (FURTADO, 1961). Em ambas as fases, destaca-se a forte presença do Estado no direcionamento da mudança da estrutura econômica, com ação relativamente autônoma e fator decisivo do volume de investimento, no desenvolvimento das forças produtivas e no custo de reprodução social⁴.

Destaca-se ainda a significativa proporção do excedente remetido ao exterior devido o controle da tecnologia por parte das empresas transnacionais. Assim, parte considerável do excedente é absorvido de forma improdutiva com o viés de modernização promovido pelas empresas transnacionais. Não obstante, houve aprofundamento da estrutura de dominação externa e interna no desenrolar da segunda fase da industrialização periférica (FURTADO, 1976a).

A modernização seria o grande fundamento da heterogeneidade tecnológica e social. Para Furtado, modernização significa o processo de diversificação do padrão de consumo, por parte de uma minoria privilegiada, responsável pela introdução e difusão da inovação tecnológica (principalmente por meio da importação de bens de consumo). O nível de consumo acima da capacidade de acumulação explicaria a concentração de renda, a exclusão e o dualismo social. A rápida sofisticação da demanda ocorreu de forma descompassada em relação ao processo de acumulação e ao progresso tecnológico, responsáveis por transformar a estrutura produtiva. Ocorreu então uma desarticulação entre o sistema produtivo que apresentava relativo atraso em relação ao moderno padrão de consumo (FURTADO, 1974).

Furtado percebeu que o desenvolvimento da acumulação de capital nas economias subdesenvolvidas implica aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento. Por exemplo, o avanço da industrialização trouxe consigo o aprofundamento da dependência de capitais estrangeiros e da tecnologia como meio de levar adiante o processo de modernização da economia e da sociedade como um todo.

³O efeito do impacto da expansão capitalista sobre estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre na criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como sistema capitalista, a outra, a manter -se dentro da estrutura pré-existente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo”. (FURTADO, 1961, p.161)

⁴Na obra *A Pré-Revolução Burguesa no Brasil* (1962), Celso Furtado distinguiu o papel do Estado nas economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Nas realidades subdesenvolvidas o Estado assumiu extraordinária importância. As funções estatais alargadas na economia e na reprodução social deve-se aos graves problemas estruturais e aos crescentes desequilíbrios que representavam entraves à acumulação. Com a atenção voltada para o arranjo político e para a estrutura de poder que controlava o Estado, Furtado percebeu os enormes obstáculos políticos ao desenvolvimento econômico e social do país. O papel do Estado e suas funções, dentro da temática do desenvolvimento e subdesenvolvimento, também se encontra em *Dialética do Desenvolvimento* (1964).

Fundamentalmente, o processo de substituição de importação constituiu um padrão altamente contraditório de crescimento para “dentro”, impulsionado pela modernização, autor de uma descontinuidade tecnológica no sistema produtivo e mecanismo reforçador da estrutura dependente, subdesenvolvida e pouco democrática. Portanto, o avanço da industrialização implicou aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento expressos na exploração e na desigualdade social. Em conclusão:

“(…) o subdesenvolvimento deve ser entendido como um processo, vale dizer, como um conjunto de forças em interação e capazes de reproduzir-se no tempo. Por seu intermédio, o capitalismo tem conseguido difundir-se em amplas áreas do mundo sem comprometer as estruturas sociais pré-existentes nessas áreas. O seu papel na construção do presente sistema capitalista mundial tem sido fundamental e seu dinamismo continua considerável: novas formas de economias subdesenvolvidas plenamente industrializadas e/ou orientadas para a exportação de manufaturas estão apenas emergindo. É mesmo possível que ele seja inerente ao sistema capitalista; isto é, que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre sub-sistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento. Mas, não temos a pretensão de poder demonstrar esta última hipótese.” (FURTADO, 1974, p. 94)

Importa realçar aqui como o subdesenvolvimento e a dependência se conectam de forma profunda e estrutural. Na verdade, o subdesenvolvimento é visto como produto da dependência. As “leis externas”, o desenvolvimento induzido de “fora para dentro”, a dominação internacional segundo a divisão internacional do trabalho explica o subdesenvolvimento e a dominação interna como expressão do atraso e da crescente heterogeneização social.

A hegemonia das grandes corporações de atuação internacional na condução do processo de acumulação interno e externo e a crescente abertura econômica mundial decorrente dessa transnacionalização reforçou a condição dependente e subdesenvolvida dos países periféricos. A dependência tecnológica ampliada, conforme se estabelecia os novos padrões de consumo e as novas técnicas produtivas, esteve acompanhada de maior desigualdade social. Portanto,

“O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravação tanto da dependência externa como da exploração interna. Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tende a aumentar as desigualdades sociais.” (FURTADO, 1974, p. 94)

Em suma, o crescimento se traduz em aumento da dependência. A dependência ampliada provoca o aumento da taxa de exploração social. Novas formas de exploração do trabalho e a maior desigualdade social marcam o aprofundamento do subdesenvolvimento. Eis a dinâmica do capitalismo periférico e dependente.

4 Dependência e Superexploração em Rui Mauro Marini

A teoria marxista da dependência (TMD) também considerou o desenvolvimento do capitalismo mundial, o progresso tecnológico e a divisão internacional do trabalho na explicação da realidade dependente e subdesenvolvida dos países latino-americanos. Além disso, ressaltou a especificidade histórica e política destas formações sócioeconômicas, a forma particular de criação e utilização do excedente, o modelo de industrialização e suas etapas dentro de uma dinâmica altamente contraditória de crescimento e diversificação produtiva. O descompasso entre produção e consumo, a exploração e a desigualdade social caracterizam a dependência e o subdesenvolvimento. Esses elementos se aprofundam ao longo do desenvolvimento capitalista no centro e na periferia.

Não obstante, a TMD demonstrou algumas insuficiências teóricas das formulações estruturalistas. A crítica mais substantiva se direcionou ao tratamento da dependência externa como causa do subdesenvolvimento. Numa perspectiva dialética, a TMD entende o movimento do capitalismo dependente a partir de múltiplas determinações externas e internas.

Rui Mauro Marini, fundador da TMD, analisou as leis tendenciais específicas do capitalismo dependente latino-americano. Esse capitalismo sui generis assenta-se na transferência de valor ao centro imperialista em função do intercâmbio desigual, na superexploração do trabalho como mecanismo de compensação à transferência de valor e na cisão das fases do ciclo do capital (divórcio entre estrutura produtiva e necessidades de consumo das massas) devido à natureza específica da produção e apropriação do valor lastreada na superexploração (MARINI, 2005; OSORIO, 2012; LUCE, 2018).

O capitalismo dependente, por determinações estruturais, afirma-se na transição da economia exportadora ao capitalismo industrial avançado. A industrialização substitutiva de importação ocorreu após a crise do setor exportador e em face da necessidade de constituir um setor industrial dedicado ao mercado interno. Este modelo de industrialização, fortemente amparado pelo Estado, caracteriza o modo particular de acumulação e reprodução do capital na periferia. Sua dinâmica mais contraditória cria maiores dificuldades para a realização do valor. Essas dificuldades são oriundas da inserção subordinada à

divisão internacional do trabalho, da relação com o centro imperialista, e da superexploração do trabalho no plano interno⁵.

Nessa perspectiva, a dependência e o subdesenvolvimento são produtos um do outro numa relação dialética em que ambos estão alicerçados na superexploração do trabalho. “Neste caso, a superexploração constitui-se como categoria, traduzindo elementos de limitação de escala à dinâmica de acumulação, dada pela recorrente concentração extraordinária de renda e riqueza”. (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 167).

A superexploração do trabalho expressa a forma particular de produção de valor na economia dependente, isto é, existe uma compressão salarial abaixo do valor da força de trabalho diante da situação de excesso de mão-de-obra em constante expansão além dos mecanismos tradicionais de ampliação do excedente pelo uso intensivo e extensivo da força de trabalho. A superexploração representa um *padrão de reprodução do capital* que aprofunda a própria dependência e conforma o subdesenvolvimento com seus mecanismos internos de funcionamento. Esse padrão nega ao trabalhador as condições suficientes para produção e reprodução da própria força de trabalho (MARINI, 2005)⁶. “*La superexplotación del trabajo constituye así el principio fundamental de la economía subdesarrollada, con todo lo que implica en materia de bajos salarios, falta de oportunidades de empleo, analfabetismo, subnutrición y represión policiaca*”. (MARINI, 1968, p.6)

A superexploração aparece como categoria ou lei específica do capitalismo dependente. Mostra-se ora como essência e ora como manifestação da dependência. A superexploração diz respeito ao desgaste excessivo da força de trabalho (prolongamento da jornada de trabalho ou aumento da intensidade do trabalho além do nível considerado normal-legal) juntamente com o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor (pelo fato do salário não corresponder as condições sociais necessárias para produção e reprodução da própria força de trabalho). Isto cria tendências e processos particulares na economia dependente, cuja acumulação de capital se processa com base em um regime de maior exploração do trabalhador. Nesse sentido, Mathias Luce discorre:

“A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais do valor, está também submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando o desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor. Esta é a essência da superexploração, cuja compreensão pode ser também descrita com o uso dos símiles violação, transgressão contida na lei do valor.” (LUCE, 2018, p. 155)

Ademais, a superexploração consiste num instrumento de compensação para a transferência de valor devido o intercâmbio desigual no âmbito do comércio internacional. O “padrão de desenvolvimento capitalista dependente” está profundamente enraizado ao “padrão de desenvolvimento dos países centrais” de modo a impor contínua transferência de valor do primeiro para o segundo mediante os diferentes níveis de produtividade, a estrutura de preços vigentes no mercado mundial, o investimento direto estrangeiro e as práticas financeiras existentes (MARINI, 1968; LUCE, 2018).

O mecanismo da troca desigual foi vista por Marini como uma forma de exploração imperialista no âmbito da circulação da economia mundial. Isto induz a superexploração do trabalho no âmbito interno da produção na economia dependente. Desse modo, a perda de valor com o intercâmbio desigual é compensada na esfera da produção interna por meio de mecanismos que impõem a superexploração do trabalho. A dependência engendra a superexploração, que, por conseguinte, perpetua e aprofunda a própria dependência (MARINI, 2005; ALMEIDA FILHO, 2014). Nesta acepção:

“O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador.”(MARINI, 2005, p.11)

A abordagem feita por Mathias Luce realça a dependência como categoria síntese de múltiplas determinações. A dependência como categoria revela-se como um desenvolvimento teórico original da TMD⁷. Com isto, expressa a totalidade diferenciada e integrada do capitalismo e das relações imperialistas, a forma como ocorre a acumulação e a reprodução do capital na economia dependente

⁵Nos anos de 1970 a literatura sobre a Teoria da Dependência se expandiu com os intensos debates em torno das críticas direcionadas à TMD e das anticríticas dos autores desta vertente. José Serra e Fernando Henrique Cardoso em “As Desventuras da Dialética da Dependência” (1978) acusaram Marini de cometer sérios equívocos teóricos, além de praticar um reducionismo econômico e um simplismo político em a “Dialética da Dependência”. Os erros deviam à falta de uma fundamentação teórica adequada e a ausência de conexão com o movimento do real e poderiam levar a ações políticas equivocadas. Rui Mauro Marini se defendeu argumentando as graves distorções de seu pensamento por parte destes críticos. Nos dias atuais, a TMD ainda busca refutar e contrapor a difundida versão da teoria da dependência proposta por Fernando Henrique Cardoso. Além disso, surgiram novas controvérsias em torno da categoria superexploração do trabalho.

⁶Jaime Osorio deu seguimento a ideia de padrão de reprodução do capital esboçada por Marini no que tange ao movimento do capitalismo dependente e subdesenvolvido latino-americano, entendendo sua determinação a partir de uma perspectiva histórica e da totalidade dinâmica. Ver Osorio (2012).

em imbricação com a economia mundial, as tendências e contradições específicas do capitalismo dependente. Por fim, expressa a reprodução ampliada da dependência.

De outro modo, a dependência é uma relação estrutural. Trata-se de uma estrutura interna condicionada por relações externas de subordinação que acaba por moldar as relações internas de produção e circulação do capital. Não obstante, a arquitetura interna e externa reproduz a dependência de forma estrutural, ou seja, o desenvolvimento capitalista aprofunda a dependência e o subdesenvolvimento. Em síntese, “a dependência apresenta como leis tendenciais particulares: a transferência de valor como intercâmbio desigual, a superexploração da força de trabalho e a cisão no ciclo do capital (ou o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas).” (LUCE, 2018, p. 229-230).

Feitas essas considerações, cabe notar como Marini percebeu o processo de industrialização na América Latina. A crise da economia internacional que afetou o setor exportador no período entre as duas guerras mundiais foi responsável por deslocar o eixo da acumulação interna para a indústria, que passou a produzir para o mercado doméstico. A industrialização de primeiro grau refere-se a fase em que a produção industrial interna procurou substituir bens de consumo não duráveis. A industrialização de segundo grau diz respeito a fase de industrialização pesada na qual bens intermediários e bens de capital passaram a ser produzidos internamente.

A segunda fase do processo de industrialização exigiu maior volume de excedente para a inversão bem como a integração aos sistemas globais de produção no contexto de acirramento da concentração e centralização do capital e do acentuado progresso tecnológico. Por isso, o avanço da industrialização nos anos de 1950 esteve fortemente associado aos ingressos de capital estrangeiro. Entretanto, o volume gigantesco de capitais estrangeiros que penetraram nas economias periféricas aprofundou a dependência na medida em que a diversificação da produção e a inserção mais diversificada ao mercado mundial esteve calcada na dependência tecnológica e financeira junto aos países imperialistas.

Com a expansão capitalista no pós-II Guerra, sob a hegemonia dos EUA e sob o signo das grandes corporações estrangeiras, houveram transformações substanciais nos países da América Latina. Marini observou como o aumento das empresas multinacionais, devido transferência de certas etapas inferiores da produção, impulsionou a industrialização nas nações periféricas e propiciou a formação de centros subimperialistas ou semiperiferias.

Conforme Vânia Bambirra (1972), a integração dos países dependentes ao capitalismo monopolista mundial reorientou a industrialização para o setor manufatureiro. Isto reforçou a estrutura interna mais contraditória do capitalismo dependente⁸. Nesta fase, a dependência assumiu uma nova feição com a presença do capital estrangeiro nos setores produtivos chaves, com a consecutiva perda do controle nacional sobre o processo produtivo de diferentes setores industriais e com a manutenção do mercado interno comprimido.

Em suma, a nova forma de dependência esteve vinculada a maior presença do capital estrangeiro nos ramos mais dinâmicos das economias dependentes. Trouxe, portanto, implicações ao sistema produtivo, a produção e apropriação do excedente e a dinâmica do crescimento do mercado interno e das exportações.

As grandes empresas com atuação internacional controlavam a tecnologia e introduziam o progresso técnico nas economias subdesenvolvidas. O avanço da tecnologia foi obsoleto em comparação ao que estava sendo introduzido no centro e voltado ao consumo das elites. “*Cada avance de la industria latinoamericana afirmará, pues, con mayor fuerza su dependencia económica y tecnológica frente a los centros imperialistas*” (MARINI, 1968, p.15).

O mercado interno reduzido e seu lento crescimento, em razão da própria superexploração que ocasiona concentração de renda, imprime uma especificidade ao ciclo do capital. Amplia-se a contradição entre produção e consumo ou entre produção e realização devido a separação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o consumo da massa da população. Conforme aponta Luce (2018) existe um divórcio crescente entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo da maioria da população. Desse modo, o ciclo do capital, que envolve necessariamente passar pela esfera da produção e da circulação para realização do valor, não consegue se completar no plano econômico interno, haja vista que a ampla maioria dos trabalhadores são privados do consumo necessário a produção e reprodução da própria força de trabalho.

Assim, a dependência é reiterada tanto pela diversificação da industrialização quanto pelo estreitamento do mercado interno. Os ramos mais dinâmicos da produção industrial nas economias dependentes não dependem diretamente da capacidade interna de consumo das massas trabalhadoras para a realização da mais valia. A realização do valor ocorre, em grande medida, na esfera do mercado externo mediante o expediente da exportação. “A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 2005, p. 27).

Essa cisão entre produção e realização, o fato do capital monopolista estrangeiro ser dominante nos setores mais dinâmicos da indústria nacional e ao fato da mais valia se realizar no âmbito do comércio mundial faz com que parte significativa do excedente seja drenado para o exterior ou para a importação de bens suntuários para o consumo da classe dominante. Essa forma de utilização do excedente resulta num baixo nível de inversão acirrando o problema da dependência e da superexploração.

⁷Na tentativa de desenvolver uma teoria intermediária entre a Teoria do Valor de Marx e a Teoria do Imperialismo de Lenin, a TMD trouxe a categoria dependência para apreender o movimento próprio do capitalismo dependente.

⁸Vânia Bambirra faz uma tipologia, histórico-estrutural, da dependência na América Latina. Essa tipologia assenta-se no caráter e na temporalidade da industrialização nos países da região. Assim, países do tipo A são aqueles que conseguiram se industrializar antes do Pós II-Guerra, países do tipo B aqueles que se industrializaram depois do Pós-Guerra e os países do tipo C são aqueles que permaneceram com estrutura agrário-exportadora, sem diversificação industrial no capitalismo contemporâneo. Para maiores informações ver Bambirra (1972).

O avanço da industrialização com a internacionalização das grandes corporações no Pós – II Guerra resultou numa reformulação da divisão internacional do trabalho e criou um novo anel na “espiral da dependência” conforme Marini⁹. Isso se deve ao crescimento da dependência tecnológica e a maior superexploração decorrente. Contudo, o acirramento da superexploração agravou o problema da realização, bastante vinculado a restrição do consumo dos trabalhadores. Diante disso, o Estado criou um esquema econômico e político, o *subimperialismo*, para dar dinamismo a atividade industrial e assegurar a reprodução do capital¹⁰. Finalmente, a superexploração do trabalho converte-se no grande fundamento da dependência e do subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento é produto da integração dinâmica, particular e subordinada dos países periféricos a industrialização dos países centrais e ao mercado mundial, tanto na etapa competitiva quanto na etapa monopolista do sistema capitalista. Portanto, faz-se resultado da dependência, do imperialismo, do avanço tecnológico, do capital monopolista, da mão de obra excedente e, em última instância, da ânsia em aumentar a produção da mais-valia. Constituiu-se, então, um subproletariado na eminência do trabalho temporário e do subemprego. A elevada desigualdade de renda, a pobreza, miséria e favelização crescente, a impossibilidade objetiva de desenvolver a consciência de classe trabalhadora bem como sua organização política são marcas da realidade subdesenvolvida (MARINI, 1968).

O subimperialismo veio como saída, encontrada pelo capital e pelo Estado na semiperiferia, perante a cisão das fases do ciclo do capital e de suas contradições ampliadas. Portanto, revela a forma de valorização encontrada pelo capital monopolista estrangeiro diante do divórcio entre produção e consumo. Para Marini (1971), o subimperialismo brasileiro diz respeito ao esquema econômico e político resultante e representante da fusão de interesses entre a elite militar e o grande capital. Seria, portanto, a forma que o capitalismo dependente assume na etapa dos monopólios e do capital financeiro, amplamente lastreado na presença do capital estrangeiro e na superexploração do trabalho. O esquema subimperialista fez-se presente diante do problema do estreitamento do mercado, ou seja, do crônico problema de realização. O setor mais dinâmico da economia, a indústria de bens duráveis, enfrentava recorrentes crises de realização devido a renda altamente concentrada e a elevada desigualdade social.

Desta maneira, o esquema montado pela ditadura militar para viabilizar a realização se pautou em dois grandes pilares: a exportação de manufaturas e o aumento do gasto público. Mas, a expansão das exportações representava uma solução somente no longo prazo. No curto prazo restaria ampliar o gasto do governo, o que trazia consigo vários outros problemas. Diante disso, políticas econômicas foram implementadas na tentativa de revitalizar o mercado interno. Evidentemente, não foram suficientes e logo se traduziram na ampliação da concentração de renda em consonância com os interesses do grande capital.

Nesse quadro, Marini conclui que o consumo popular não se faz necessário a realização da produção dos setores mais dinâmicos da indústria brasileira. Assim, a acumulação de capital no Brasil prescinde, em grande parte, do consumo da massa trabalhadora. Marini explicita com veemência o divórcio entre a produção e o consumo interno e como as contradições do subimperialismo brasileiro se expressam na “sociedade de consumo” mais limitada e instável, no aprofundamento da dependência, na ampliação da superexploração do trabalho e no aumento do papel do Estado militarizado para resolver em parte o problema da realização. Nesse sentido, a ditadura militar não representou um desvio histórico, foi antes um produto histórico da forma como se processou a acumulação de capital amplamente contraditória, a ponto de ser a consolidação do sistema de superexploração.

Importa considerar agora por que o modo como capital se reproduz nas economias dependentes implica a reprodução ampliada da dependência. O desenvolvimento do capitalismo na periferia não rompeu com a inserção historicamente subordinada ao mercado mundial e com outros tipos de subordinação com o centro imperialista. Ao contrário, a dependência se aprofundou na medida em que o desenvolvimento capitalista se processou no âmbito global e local. A reestruturação do capitalismo no plano mundial, após a crise estrutural do capital na década de 1970, exigiu a reconstituição do processo de reprodução ampliada do capital em novos patamares. Notoriamente, a esfera financeira desempenhou um papel proeminente para a reconstrução da base de valorização do capital, tornando-se hipertrofiada e propulsora das grandes transformações ocorridas na produção e apropriação da riqueza, também concernente a forma da dependência.

Uma nova fase do capitalismo implica uma nova fase da dependência. Para Carlos Eduardo Martins, “o neoliberalismo redimensionou as relações de dependência, desestruturou as políticas de substituição de importações e criou novas formas de vinculação da região [América Latina] à economia mundial” (MARTINS, 2011, p. 313). A inserção dos países latino-americanos na atual etapa histórica do capitalismo ocorre, sobretudo, pelo aprofundamento da primarização da pauta de exportação. A exportação de commodities em função da ascensão chinesa na economia mundial e a entrada de capital estrangeiro especulativo vias à vis as políticas de liberalização e desregulamentação financeiras marcam a atual articulação das economias dependentes à economia mundial.

O capitalismo financeirizado constituiu mais um anel na espiral da dependência. O *Padrão Exportador de Especialização Produtiva*¹¹, vigente a partir de meados dos anos de 1980, tem construído novos laços de subordinação com a economia mundial financeirizada (OSORIO, 2012; FERRAZ, 2018; LUCE, 2018). A dependência contemporânea liga-se a reformulação

⁹As grandes corporações se internacionalizaram em busca de mão-de-obra barata, de novos mercados para a sua indústria pesada e reformulou a divisão internacional do trabalho na medida que transferiram etapas inferiores da produção industrial para os países periféricos.

¹⁰Ao realçar as “leis internas” do desenvolvimento do capitalismo dependente, Marini se ateve a acumulação privada de capital minimizando o papel do Estado no transcurso da acumulação e reprodução ampliada do capital. Theotônio dos Santos, Gunder Frank e Jaime Osorio, dentro da TMD, buscaram sanar esta insuficiência e trataram o Estado como um dos determinantes estruturais da dependência. A esse respeito ver Almeida Filho (2014) e Osorio (2012).

da divisão internacional do trabalho, ao padrão tecnológico de base microeletrônica, as novas possibilidades de organização e localização dos processos produtivos, a reprimarização da pauta de exportação das economias dependentes, a desnacionalização ou destruição dos segmentos industriais de maior valor agregado, ao aprofundamento da superexploração, a restrição do mercado interno e a maior drenagem do excedente para o exterior através dos novos instrumentos financeiros no interior da esfera financeira. Esse atual padrão de reprodução do capital reforça as características específicas e amplia as contradições próprias do capitalismo dependente (MARTINS, 2011; OSORIO, 2012; LUCE, 2018).

5 Considerações Finais

Este artigo revistou algumas teorizações acerca do desenvolvimento capitalista para esclarecer, através de uma abordagem teórico-histórica, as diferentes formas de apreensão do subdesenvolvimento e da dependência. O eixo do estudo esteve nas visões de Celso Furtado e Rui Mauro Marini, dois grandes expoentes da Teoria da Dependência. Apesar de suas perspectivas teóricas, políticas e metodológicas muito distintas, o diagnóstico acerca da realidade dependente e subdesenvolvida dos países da América Latina foi bastante parecido.

Celso Furtado, representante da vertente estruturalista da Teoria da Dependência, percebe o subdesenvolvimento como um produto histórico e singular da expansão capitalista dos países centrais, responsável por instituir uma divisão internacional do trabalho na qual os países periféricos se inserem de forma subordinada e dependente. Em última instância, a dependência externa condiciona o subdesenvolvimento e ambos se reproduzem no tempo configurando uma formação socioeconômica dual e heterogênea.

Já para Marini, fundador da vertente marxista da Teoria da Dependência, a dependência é uma síntese de muitas determinações externas e internas, assim como o subdesenvolvimento. Neste sentido, as relações internacionais imperialistas bem como a estrutura interna e o movimento próprio de produção e realização do valor reproduz a dependência de forma ampliada e com determinadas formas históricas. A superexploração do trabalho é o grande fundamento da dinâmica do capitalismo dependente dentro de uma totalidade integrada, desigual e contraditória.

Referências

- ALMEIDA FILHO, N. Superexploração da força de trabalho e concentração de riqueza: temas fundamentais para uma política de desenvolvimento no capitalismo periférico brasileiro. In: Almeida Filho, N. (Org.). Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013, p. 167-188.
- _____. Inserção autônoma para o Brasil: uma exegese do pensamento crítico de Ruy Mauro Marini. In CALIXTRE, A. B.; ALMEIDA FILHO, N., Cátedras para o Desenvolvimento: patronos do Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p.187-218.
- BAMBIRRA, V. El Capitalismo Dependiente Latinoamericano. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1972.
- CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: Niemeyer Almeida Filho. (Org.). Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013, v. 1, p. 71-98.
- DOS SANTOS, T. A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹¹Padrão de reprodução do capital constitui uma categoria de análise intermediária, formulada por Rui Mauro Marini e desenvolvida por Jaime Osorio, para apreender o movimento concreto da acumulação e reprodução do capital no tempo-espaco das formações socioeconômicas particulares, levando em consideração as relações e os processos estruturais e conjunturais externos e internos, gerais e específicos da produção e circulação do capital. Segundo Osorio (2012, p. 40-1), a “noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia (...), considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (...), assim como as contradições que esses processos geram. A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura). A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou valores de uso. Isso permite historicizar a reprodução do capital e diferenciar os padrões que se estabelecem. Desse modo, Osório identifica três padrões de reprodução do capital na América Latina, a saber: Padrão agromineiro exportador; Padrão industrial e Padrão exportador de especialização produtiva. Sobre esta temática ver Osório (2012); Ferraz (2018) e Luce (2018).

- _____. A Estrutura da Dependência. Revista Soc. Bras. Economia Política. São Paulo, nº 30, p. 5-18, outubro 2011.
- FERRAZ, B. Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado. Dissertação de mestrado. Uberlândia: IERI-UFU, 2018.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.
- _____. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1962.
- _____. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964.
- _____. O Mito do Desenvolvimento. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- _____. Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 1976a.
- _____. Prefácio a Nova Economia Política. São Paulo: Paz e Terra, 1976b.
- _____. Brasil: a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LEWIS, W.A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In.: AGARWALE, A. N. E SINGH, S. (Orgs.). A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 406-456.
- LUCE, M. S. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (Orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra, Editora Expressão Popular, 2005.
- _____. Subdesarrollo y revolución en América Latina. Tricontinental, No. 7, La Habana, Cuba, 1968.
- _____. El Subimperialismo Brasileño. Centro de Estudios Socio-economicos/Universidad do Chile, 1971.
- MARTINS, C. E. Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. O Capital: crítica da economia política. Livro II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- NASCIMENTO, C. A.; DILLENBURG, F. F.; SOBRAL, F. M. Exploração e Superexploração da Força de Trabalho em Marx e Marini.. In: ALMEIDA FILHO, N.. (Org.). Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013, v. 1, p. 99-123.
- NURKSE, R. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (orgs.) A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 277-291.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C., OSORIO, J., LUCE, M. [Orgs]. Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ROSTOW, W.W. Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um manifesto não comunista). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- SERRA, J.; CARDOSO, F. H. As desventuras da dialética da dependência. Estudos CEBRAP, n. 23, p. 33-80, 1979.